

VISITANDO O ACERVO DO INES

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS *National Institute for the Education of the Deaf*

Solange Maria da Rocha*

* Doutoranda em Educação - PUC - RJ. Mestre em Educação Especial - UERJ. Pedagoga - UERJ.

Licenciada e Bacharelada em História - UFF. Professora do INES.

E-mail: solangerocha3@gmail.com

Em 1755, na França, o abade Charles Michel de L'Épée funda a primeira escola para ensino de surdos. Chegou a ter 60 alunos ricos e pobres indistintamente. Utilizava em seu trabalho os sinais pelos quais os surdos se comunicavam entre si e, também inventou outros que denominava de sinais metódicos utilizados para o desenvolvimento da linguagem escrita. Essa escola foi de natureza privada e gratuita até 1791 quando foi transformada no Instituto Nacional dos Surdos Mudos de Paris, tendo sido seu primeiro diretor o Abade Sicard (1742-1822).

Era comum que professores surdos formados pelos Institutos de Surdos europeus fossem contratados para fundar estabelecimentos para a educação de seus semelhantes.

Em 1815, o reverendo Thomas Hopkins Gallaudet (1787- 1851) realiza estudos no Instituto de Surdos de Paris com o abade Sicard. Retorna aos EUA com Laurent Clérc que era um professor surdo e brilhante aluno do abade Sicard, com o objetivo de criar a primeira escola para surdos na América.

No ano de 1855, um professor surdo oriundo do Instituto de Surdos de Paris, apresenta um relatório a D. Pedro II, cujo conteúdo revela a intenção de fundar uma escola para surdos no Brasil.

O Instituto Nacional de Educação



de Surdos foi criado em meados do século XIX por iniciativa do surdo francês E. Huet.

Em junho de 1855, Huet apresenta ao Imperador D. Pedro II um relatório cujo conteúdo revela a intenção de fundar uma escola para surdos no Brasil e também informa da sua experiência anterior como diretor de uma instituição para surdos na França. O governo imperial apóia a iniciativa de Huet e destaca o Marquês de Abrantes para acompanhar de perto o processo de criação da primeira escola para surdos no Brasil.

O novo estabelecimento começa a

funcionar em 1º de janeiro de 1856, mesma data em que foi publicado o programa de ensino, apresentado por Huet, o qual compreendia as disciplinas de língua portuguesa, aritmética, geografia, história do Brasil, escrituração mercantil, linguagem articulada, doutrina cristã e leitura sobre os lábios. Até o ano de 1908 era considerada a data de fundação do Instituto o dia 1º de Janeiro de 1856.

A mudança deu-se através do artigo 7º do decreto nº. 6.892 de 19 de março de 1908 que transferiu a data de fundação para a da promulgação da Lei 939 de 26 de setembro de 1857



VISITANDO O ACERVO DO INES

INES

ESPAÇO

Jan-Jun/07

77

que em seu artigo 16, inciso 10, consta que o Império passa a subvencionar o Instituto. Antes desse decreto, os alunos eram bolsistas de entidades particulares ou públicas.

No seu percurso de quase dois séculos, a instituição respondeu pelas denominações de Instituto de Surdos-Mudos e Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, no séc. XIX; Instituto Nacional de Surdos Mudos, com o advento da República e, no ano de 1957, ocasião de seu primeiro centenário, passou à denominação de Instituto Nacional de Educação de Surdos, assim permanecendo até os dias de hoje.

A substituição da palavra Mudo pela palavra Educação refletia o ideal de modernização da década de 50 no Brasil, no qual o Instituto e suas discussões sobre educação de surdos também estavam inscritos.

Em razão de ser a única instituição de educação de surdos em território brasileiro e mesmo em países vizinhos, por muito tempo, o INES recebeu alunos de todo o Brasil e do exterior, configurando-se em uma Instituição de referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos.

A comunicação gestual, hoje reconhecida como LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais, de forte influência francesa em função da nacionalidade do fundador do instituto, foi espalhada por todo Brasil pelos alunos que regressavam aos seus Estados quando do término do curso.

Em 1875, o ex-aluno do Instituto Flausino José da Gama desenha o livro *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* contribuindo para a difusão dessa língua.

Nas décadas iniciais do século XX, o Instituto oferecia, além da instrução

literária, o ensino profissionalizante. A terminalidade dos estudos estava condicionada à aprendizagem de um ofício. Os alunos freqüentavam, de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e também artes plásticas e bordado.

Por muito tempo, o trabalho realizado na gráfica do Instituto foi referência no Rio de Janeiro recebendo encomenda de encadernação de quase todas as instituições públicas e particulares das primeiras décadas da República.

As questões relativas ao ensino para alunos surdos sempre foram objeto de muita polêmica, situação essa agravada pelos resultados do Congresso realizado em Milão em 1880, os quais indicaram a oralização do surdo como o modo mais adequado de educá-lo, condenando a utilização dos gestos no processo de ensino. Essa indicação foi muito criticada por alguns professores e alunos que reconheciam a importância e a legitimidade da comunicação pelos gestos.

A principal crítica que se fazia a oralização era de que ela demandava um tempo enorme de treinamento da fala e dos resíduos auditivos, concorrendo com a escolarização formal que ia sendo abandonada pela importância que era dada à expressão pela palavra oral. Essa perspectiva de escolarização não tinha como prioridade o ensino e sim o desenvolvimento da fala.

Os incipientes resultados dessa abordagem oralista para a educação dos surdos, que demandavam ensino público de massa, estimularam o surgimento, em meados da década de 80, do século XX, de um movimento transnacional, contando com acadêmicos, profissionais da área da surdez e dos próprios surdos no sentido de

apontar outros caminhos para a sua escolarização e socialização.

Com apoio de pesquisas realizadas na área da lingüística que conferiu status de língua à comunicação gestual entre surdos, esse movimento ganha corpo. Já no final dos anos 80, no Brasil, os surdos lideram o movimento de oficialização da LIBRAS.

Em 1993, um projeto de Lei da então senadora Benedita da Silva deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação da LIBRAS em âmbito federal.

Atualmente, a Lei já está regulamentada e o debate continua aberto. As discussões avançam em direção ao novo desafio que trazem as atuais políticas públicas educacionais para surdos. Por um lado, a proposta de inclusão, que é o acesso a qualquer ambiente escolar sem nenhuma restrição aos alunos surdos que podem e devem ser matriculados em classes regulares junto com ouvintes. Por outro lado, a regulamentação da lei da LIBRAS indica que o ensino de português deve ser oferecido como segunda língua e a língua de sinais como língua de instrução.

O Instituto, único em âmbito federal, ocupa importante centralidade nessas discussões, promovendo fóruns de debates, publicações, seminários, pesquisas e assessorias em todo território nacional. Possui uma vasta produção de material pedagógico, fonoaudiológico e de vídeos em língua de sinais, distribuídos para os sistemas de ensino.

Atualmente, além de oferecer no seu Colégio de Aplicação, educação precoce (0 a 3 anos), ensinos fundamental e médio, oferece também a possibilidade de formar profissionais da educação, surdos e ouvintes, no Instituto Superior Bilingüe recém inaugurado, experiência essa pioneira na América Latina.